

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não estiver escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **Caderno de Textos Definitivos**, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Na questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **15,00 pontos**, dos quais até **0,75 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na peça de natureza técnica, esses valores corresponderão a **35,00 pontos** e **1,75 ponto**, respectivamente.

## -- PROVA DISCURSIVA --

### QUESTÃO

Sabe-se que os governos costumam participar de muitas formas na economia dos países. A condução da política monetária, a administração das empresas estatais, a regulamentação dos mercados privados e, sobretudo, a sua atividade orçamentária funcionam como meios dessa participação e influenciam o curso da economia. Ao tomar parte na condução das atividades econômicas, o governo executa as funções econômicas que o Estado precisa exercer. O orçamento público é o instrumento de gestão de maior relevância e provavelmente o mais antigo da administração pública.

Orçamento Público — ENAP, 2014.

Considerando que o fragmento de texto precedente tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do orçamento público no Brasil. Ao elaborar seu texto, atenda ao que se pede a seguir.

- 1 Apresente o conceito de orçamento público e aponte quais são as leis que o compõem, explicando suas respectivas funções. [valor: 10,00 pontos]
- 2 Cite os princípios do Plano Plurianual (PPA). [valor: 4,25 pontos]

## QUESTÃO – RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**PEÇA DE NATUREZA TÉCNICA**

Em setembro de 2023, determinado deputado distrital apresentou representação ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) em desfavor do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), relatando a ocorrência de supostas ilegalidades, com base nos seguintes fatos.

Fato 1: atualmente, a CLDF extrapolou o limite alerta de 90% da despesa total com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), por estar calculando, de forma irregular, a despesa com pessoal, ao utilizar apenas o valor da remuneração líquida dos servidores, deduzindo do seu cômputo o imposto de renda retido na fonte.

Fato 2: a CLDF deixou de remeter e não tornou disponíveis ao TCDF, para fins de registro, os atos de admissão e de aposentadoria dos seus servidores públicos efetivos, nomeados e inativados no período de 2015 a 2017.

Antes de analisar o conhecimento e o mérito da representação, o TCDF promoveu a audiência da autoridade responsável para apresentar a defesa no prazo legal, o que foi feito. A autoridade confirmou os fatos acima relatados, porém sustentou a legalidade das referidas condutas, aduzindo diversos argumentos jurídicos contrários aos do autor da representação.

---

Considerando a situação hipotética apresentada e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), elabore, na condição de servidor do TCDF, a peça técnica denominada informação, em conformidade com o Manual de Redação Oficial do TCDF (2.<sup>a</sup> edição).

Em seu texto, analise a legalidade ou não, total ou parcial, da conduta descrita no fato 1, bem como a legalidade ou não da conduta descrita no fato 2, discorrendo, ainda, a respeito dos seguintes aspectos:

- 1 a classificação orçamentária da despesa com pessoal, segundo a natureza econômica, e a sua razão de ser, nos termos da Lei n.º 4.320/1964;
- 2 as competências específicas dos tribunais de contas no controle do limite legal da despesa com pessoal;
- 3 a finalidade do registro dos atos de admissão e aposentadoria de pessoal;
- 4 a consequência jurídica do decurso do prazo de cinco anos para o exercício dessa competência pelo TCDF, bem como a sua aplicação ou não no caso em tela.

Ao final da peça, reporte-se ao diretor da área, propondo as eventuais providências a serem adotadas pelo TCDF no âmbito do seu conjunto de competências constitucionais e legais. Em sua peça, dispense o relatório e não crie fatos novos.

---

**PEÇA – RASCUNHO 1/2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**PEÇA – RASCUNHO 2/2**

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	